

Recebido em jan. 2014

Aprovado em mai. 2014

**A EXPERIÊNCIA COMO LIMITE DO CONHECIMENTO HUMANO
NA PERSPECTIVA DE DAVID HUME**

AMÉRICO GRISOTTO *

RESUMO

O que autoriza David Hume a tirar suas conclusões a respeito do problema filosófico da emergência de nossas ideias condiz com seu conceito de experiência. Neste artigo nosso intuito foi traçar a trajetória das condições que permitiram a este pensador não só chegar a este conceito, mas restringir, através da maneira de pensar do empirismo e do ceticismo, o universo das nossas abstrações a um limite do que de fato é possível conhecer, segundo uma pequena cifra de noções básicas, ou de questões de fato e de ocorrência concreta, condizentes com o nosso pensamento e com a nossa natureza humana.

PALAVRAS-CHAVE

Experiência. Conhecimento. Conceito. Problema Filosófico. David Hume.

* Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL. Atua na subárea de METODOLOGIA DO ENSINO DE FILOSOFIA e no presente momento desenvolve projeto de pesquisa voltado à aprendizagem do pensamento em Filosofia a partir de teóricos da FILOSOFIA FRANCESA CONTEMPORÂNEA.

ABSTRACT

The authorizing David Hume to draw his conclusions about the philosophical problem from the emergence of our ideas is consistent with his concept of experience. In this paper our intention was to trace the trajectory of the conditions which have enabled the thinker not only get to this concept, but restrict by empiricism and skepticism, the universe of our abstractions to a limit of what is possible know, according to a small number of basic notions, or questions of fact and concrete event, consistent with our thinking and our human nature.

KEYWORDS

Experience. Knowledge. Concept. Philosophical problem. David Hume.

1. A PROPÓSITO DO PROBLEMA FILOSÓFICO E DA PERSPECTIVA DE VIDA DE DAVID HUME

Pessoas que mantêm para com a filosofia uma relação de desinteresse, ou não a compreendem, sustentam que seus registros não passam de um conjunto de abstrações. No entanto, “se o público em geral não entende o que os filósofos fazem e crê que cada um simplesmente diz o que quer, isso se deve [...] ao fato de que não entende o problema [...] não toma consciência da existência de um problema” (PORTA, 2002, p. 26).

A propósito e, talvez, justamente pela ausência de problematização, decifrar o caráter das pessoas, ou o que são verdadeiramente, se tornou um passatempo favorito de todos os que se têm na conta de inteligentes (FEARN, 2004, p. 83). E isto tem a ver com o problema e com a perspectiva filosófica de David Hume. Explico: Nicholas Fearn (2004, p. 83), num livro bem humorado sobre ideias da filosofia ocidental, nos diz que, segundo um certo mito popular, pode-se descobrir o caráter de alguém pelo modo como se veste, como cumprimenta, como ri ou como reage numa crise etc. Por mais inócuo que seja este procedimento, haverá sempre quem professe ver nisso o modo de vida de outra pessoa. A confiança com que essas regras são afirmadas é geralmente problemática, e a ideia de que conhecê-las bem constituí a sabedoria da idade é pouco plausível. De outro modo, os que pretensamente conhecem as pessoas dessa maneira meramente aceitam um conjunto de mitos. Seria mais aceitável reconhecer que o modo como alguém reage em uma crise revela apenas

o modo como reage em uma crise; o modo como dobra um lenço mostra apenas o modo como dobra um lenço, e nada mais que isso.

Segundo Fearn (2004, p. 83-84) ainda, essa percepção de que não há atalhos na busca do conhecimento foi a base da obra e do problema filosófico do escocês David Hume. Pelo que Hume segue problematizando, a ciência teria, sim, a capacidade de compreender o mundo, mas isto significaria compreender como necessária toda e qualquer conexão entre as coisas? Em se tratando dos objetos dos nossos sentidos, tudo é necessário, ou tudo parece ser contingente e seria insensato sugerir outra coisa? A respeito dos fenômenos, algo pode ser inferido deles quanto à natureza deles próprios? Ou ainda, os fenômenos podem “apontar” para verdades fora de si mesmos, ou tal inferência não nos pouparia as necessárias experimentações?

David Hume nasceu em Edimburgo numa família da baixa nobreza escocesa, no dia 7 de maio de 1711. Esteve frequentes vezes na França. Viajou pela Holanda e pela Itália. Publicou diversos escritos sobre diferentes assuntos dentre os quais os *Ensaio Morais, Políticos e Literários* (1741-1748), a *Investigação Sobre os Princípios da Moral* (1751), a *História da Grã-Bretanha* (1754-1762), bem como os *Ensaio Filosóficos Sobre o Entendimento Humano* (1738), rebatizados dez anos depois com o título de *Investigação Acerca do Entendimento Humano* (1748). Nesta obra, especificamente, retoma e aprofunda algumas teses do *Tratado Sobre a Natureza Humana* (1739-1740). Convém destacar que o opúsculo do *Tratado* foi escrito

quando Hume tinha apenas a idade de vinte e cinco anos, o que demonstra um interesse bastante precoce deste nosso pensador pelos estudos filosóficos. Na primavera de 1776, ao atingir a idade de sessenta e cinco anos, escreveu a sua história numa obra intitulada *A Vida de David Hume Escrita Por Ele Mesmo* (1776), ou seja, há alguns meses antes de sua morte, ocorrida em agosto daquele mesmo ano.

Era a história de um homem tremendamente perplexo diante da vida. O seu espírito agudo jamais poderia aceitar a rígida maneira de pensar de sua época. Contudo, apegou-se até o último instante à sua filosofia ante a qual a ortodoxia do seu tempo reduziu-se à insignificância.

Seu trabalho é o ponto alto da tradição empirista dominante na filosofia britânica inaugurada por Bacon e desenvolvida por Locke e Berkeley.

Marques (1995), no prefácio à tradução brasileira da obra *Humeana Uma Investigação Sobre os Princípios da Moral*, nos diz, a respeito deste filósofo, que:

Sua contribuição de maior impacto para a filosofia foi a crítica do princípio de indução que desde Bacon era tomado como o instrumento por excelência para o estabelecimento de inferências científicas, ou seja, que nas ciências pode se chegar à formulação de proposições de caráter universal partindo de enumerações particulares. Ao argumentar que nossa experiência acerca dos fatos passados não pode racionalmente justificar previsões sobre acontecimentos futuros, Hume colocou em xeque toda uma forma de conceber a natureza de nosso conhecimento factual acerca do mundo, e, em

particular, abalou as pretensões à universalidade características das leis científicas (p. 7).

Em termos gerais, David Hume foi um filósofo empirista quanto ao problema da origem do conhecimento sustentando, como tentativa de equacionar sua problemática filosófica, que nossas ideias são provenientes de nossas experiências sensíveis, o que fez dele um cético em relação à metafísica, uma vez que a análise e a crítica que formulou dos fundamentos do conhecimento eram endereçadas, antes mesmo de se ater à ciência, às grandes concepções provenientes da escolástica que pregava a existência de uma certa ordem a priori no mundo determinada pelo criador como causa primeira.

Assim, o problema filosófico posto por Hume destina-se a compreender: como se fundamenta o nosso entendimento¹ em termos da sua própria autonomia, ou como emergem, no entendimento, as nossas ideias que nos são próprias? Qual a legitimidade de nossos conhecimentos? De quais ferramentas conceituais é possível dispor para desconstruir o edifício da metafísica clássica, ou qualquer outro edifício com a mesma fundamentação, como é o caso da ciência de sua época?

2. INCURSÕES EM TORNO DA PERSPECTIVA DESMISTIFICADORA DE DAVID HUME: O EMPIRISMO E O CETICISMO

Ao tratar da origem e do valor dos saberes, a teoria do conhecimento em filosofia coloca em movimento maneiras como o sujeito apreende os

¹ É possível substituir entendimento por pensamento, tendo em conta o entendimento como autonomia, pensamento autônomo.

objetos que quer conhecer. Assim, tais modos se diferenciam pela forma como o sujeito tem acesso às propriedades do objeto. Se pelos sentidos, através do conhecimento sensorial, ou empírico, que é o caso dos pensadores empiristas, dentre eles Hume. Ou pelo raciocínio, seja ele lógico, intelectual, de onde procedem, por exemplo, as contribuições de Descartes.

O termo empírico, etimologicamente falando, provém do latim *empiricus*, do grego *empeirikós*, referia-se ao médico que, no ato de desempenhar suas funções, tinha como método confiar apenas na experiência. Em sentido estrito, empírico, portanto, trata-se do qualificativo daquele que procede da experiência imediata ou passada, sem estar preocupado com uma doutrina lógica (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1996, p. 80).

Segundo Hessen (1980, p. 68) o empirismo opõe-se à tese do racionalismo – segundo a qual o pensamento, a razão, é a verdadeira fonte do conhecimento. Na opinião do empirismo, não há qualquer patrimônio a priori da razão. A consciência cognoscente não perscruta os conteúdos na razão, tira-os exclusivamente da experiência. O espírito humano está por natureza vazio, é uma *tábua rasa*, uma folha de papel em branco onde a experiência escreve. Assim, enquanto o racionalismo se deixa levar por uma ideia determinada, por uma ideia de conhecimento, o empirismo parte de fatos concretos.

Tal concepção – como corrente do pensamento que esteve presente na Inglaterra desde o século XVII e cujos principais representantes são Francis Bacon (1561-1626), John Locke (1632-1704), Jorge Berkeley

(1685-1753) e David Hume (1711-1776) – consiste, em termos gerais, na:

Doutrina, ou teoria do conhecimento segundo a qual todo conhecimento humano deriva, direta ou indiretamente, da experiência sensível externa, ou interna. [...] O empirismo, sobretudo de Locke e de Hume, demonstra que não há outra fonte do conhecimento senão a experiência e a sensação. As ideias só nascem de um enfraquecimento da sensação, e não podem ser inatas. Daí o empirismo rejeitar todas as especulações como vãs e impossíveis de circunscrever. Seu grande argumento “Nada se encontra no espírito que não tenha, antes, estado nos sentidos” (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1996, p. 80).

O princípio crítico do empirismo de que *nada se encontra no espírito que não tenha, antes, estado nos sentidos* aplicado aos outros conhecimentos leva a pelo menos duas consequências demolidoras. A primeira delas consiste na negação de todos os valores universais e necessários, uma vez que sendo a experiência sensível contingente e particularizada, nos diz apenas o que se sucede, mas não o que há de suceder e como há de suceder: apresenta-se como fato, não razão do fato. Desta forma, a sensação não pode ultrapassar-se a si mesma. Assim, se o único critério de conhecimento é a experiência aqui e agora, não há nada que justifique o passar-se além dela. Por este motivo, uma outra consequência seria a negação da possibilidade da metafísica, como a possibilidade da própria ciência, ou ato do conhecimento.

Isto posto, podemos depreender o sentido das críticas de Hume ao observar que na sensação, como tal, temos um puro estado da consciência e que este

garante apenas o seu valor subjetivo. Assim, é impossível atingir a realidade objetiva distinta do ato da consciência: a sensação é uma simples experimentação de um determinado fenômeno puro. Desta forma, o nosso conhecimento é limitado aos fenômenos e deles fazemos experimentações sem substrato objetivo, sem algo que nos dê algum sentido em si, ou seja, o que possa ultrapassar o dado da consciência.

Por este motivo principal, o sistema de Hume é um sistema cético, enquanto nega que se possa ultrapassar a subjetividade individual, empírica, para chegar à afirmação da realidade objetiva. Nestes termos, fica posto que não é possível transcender a experimentação para atingir o Ser, objeto principal das especulações metafísicas ².

O termo cético, atribuído a Hume e ao seu sistema, vem do grego *skeptikós*, e se diz daquele que

² Distante da crítica feita por Hume acertadamente e em termos do que teremos posteriormente, na tradição filosófica, como sendo as contribuições de Kant à teoria do conhecimento é fácil deduzir sua posição perante o empirismo de Hume. Enquanto este filósofo afirma que não é possível qualquer conhecimento universal, porque os nossos conhecimentos têm origem exclusivamente na experiência e a ela se reduzem. Para Kant, embora considere a quase invencível consequência desta premissa a submete a novo exame. Assim, se os nossos conhecimentos tem exclusivamente origem na experiência, tem razão o ceticismo humeano, mas se não derivam só da experiência, isto é, se existe qualquer elemento *a priori*, o ceticismo de Hume já não pode se sustentar. Portanto, a superação do ceticismo, ou seja, a validade do conhecimento está intimamente ligada com a presença ou não de formas *a priori* no próprio conhecimento o que será o propósito central de Kant nos escritos da *Crítica da Razão Pura*.

duvida de tudo e que, por este motivo, se põe a investigar. Em filosofia trata-se do partidário do ceticismo, concepção segundo a qual o conhecimento do real é impossível à razão humana. Portanto, segundo este concepção, o homem em estado de pensamento deve renunciar à certeza, suspender seu juízo sobre as coisas e submeter toda afirmação a dúvida e investigação constante (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1996, p. 41).

A partir deste esclarecimento é fundamental notar que a tese do ceticismo, segundo a qual o conhecimento não é possível, pode parecer uma contradição. No final das contas, como é possível conceber que se conhece algo e ao mesmo tempo afirmar que nada é cognoscível? Na verdade o ceticismo é com frequência uma atitude na qual não se formulam proposições em grande monta, mas que apenas estabelecem regras de conduta intelectual e é, justamente nesta acepção que devemos entender o ceticismo em Hume.

Em seus escritos, principalmente na *Investigação sobre o Entendimento Humano*, nosso pensador rumou do empirismo ao ceticismo, isto é, confiando nos dados da experiência não alçou voos além dos que lhe fossem sensatos chegando a nos oferecer critérios de análise da realidade e nada mais que ultrapassasse esta condição. A base do ceticismo de Hume é a teoria das ideias que, como veremos, é estabelecida a partir da experiência, isto é, tem seu fundamento no empirismo que é o motor mesmo de sua filosofia.

3. ORIGEM DO CONHECIMENTO E VALOR DO CONHECIMENTO: A INVESTIGAÇÃO SOBRE O ENTENDIMENTO HUMANO

A obra a que vamos nos ater, neste momento, denomina-se *Investigação sobre o Entendimento Humano*³, fundamental no estudo proposto por Hume quanto à origem de nossas ideias e de nossos conhecimentos.

Para esclarecer estes seus pensamentos, nosso filósofo necessitou inventariar o material de que o entendimento dispõe, examinar a maneira como a mente organiza esse material e evidenciar as dificuldades suscitadas por essa organização.

Embora a *Investigação* mantenha sua forma original de um conjunto de ensaios, estes se articulam entre si e revelam grande unidade, em virtude do procedimento metodológico empregado por Hume.

Como foi mencionado anteriormente, a seu ver todo conhecimento tem a sua origem unicamente na experiência sensível, ou seja, o saber se constitui na apreensão intuitiva de coisas singulares, de fenômenos singulares, ou em geral de “dados” dos sentidos.

³ “A teoria do conhecimento de David Hume encontra-se na primeira das três partes do *Tratado da Natureza Humana* que obedece quase que perfeitamente a sequência dos capítulos do primeiro capítulo da *Investigação Acerca do Conhecimento Humano*. O *Tratado* tem a preferência dos especialistas, por ser o mais extenso e completo de todos os livros, mas o próprio autor o repudiou, alegando considerá-lo demasiado juvenil e sempre recomendou a leitura da *Investigação*. Por esta razão e pela extrema clareza expositiva, a *Investigação Acerca do Conhecimento Humano* deve ser preferida para uma primeira tomada de contato com o essencial da doutrina de Hume” (Cf. MONTEIRO, 1999, p. 8).

Assim, a experiência constitui a condição e o limite de todo conhecimento merecedor deste nome e, para nossos propósitos, o esclarecimento sobre tal prerrogativa encontra-se exposto a partir da segunda seção das *Investigações*, quando Hume nos relata a respeito da origem das ideais.

Para o filósofo de Edimburgo, os nossos conhecimentos mais simples, ou são *impressões*, ou *ideais*; trata-se de duas classes, ou espécies de percepções da mente: as *ideais*, dadas pela lembrança, pela imaginação, pela reflexão e pela representação, e as *impressões*, possíveis pelas experiências da sensação (HUME, 1973, p. 134).

Em termos de distinção, por *impressão* entende-se um conhecimento no estado intenso, e por *ideia*, um conhecimento em estado menos vivaz, uma impressão obscurecida. Nos dizeres de Hume (1973):

Um homem presa de um acesso de cólera é atuado de maneira diversa daquele que apenas pensa nessa emoção. Se me disserem que tal ou tal pessoa está enamorada, eu compreenderei facilmente o que isso significa, e farei uma ideia justa da sua situação, mas nunca poderei confundir essa ideia com as agitações e desordens reais da paixão. Quando refletimos sobre os nossos sentimentos e afeições passados, o nosso pensamento é um espelho fiel e copia com exatidão os objetos; mas as cores que emprega são opacas e esmaecidas em comparação com as de que se revestiam as nossas percepções originais (p. 134).

Neste sentido, ver uma determinada paisagem, por exemplo, nos dá uma impressão mais sólida, do que simplesmente recobrar pela memória a imagem

desta paisagem. Por ser mais intensa, a *impressão* surge no momento exato em que temos a experiência de ver uma paisagem e a *ideia*, provém apenas da recordação da paisagem vista.

Portanto, tudo de que o entendimento, ou conhecimento dispõe são as percepções e estas podem ser *impressões* ou *ideias* e a diferença entre elas consiste no grau de força e de vivacidade: as *impressões* são as percepções que possuem maior força e as *ideias* são apenas cópias, ou imagens esmaecidas das impressões tal como as possui o espírito nos processos do pensamento e do raciocínio.

Se por um lado, tal como nos expõe Hume, o que podemos saber provém de nossas próprias impressões e ideias, como é que, segundo este pensador, podemos passar dos conhecimentos simples aos conhecimentos complexos?

Esta questão, que reiteramos aqui de forma um pouco mais aprofundada, se encerra numa querela correspondente ao contexto em que Hume viveu. O cenário intelectual da época estava ocupado por especulações metafísicas provenientes da escolástica, ou seja, acreditava-se amplamente na existência de um Deus criador, em paraíso, em verdades que transcendiam a realidade empírica.

Na condição de pensador preocupado com questões concretas, Hume ensina-nos ser difícil a solução da maioria destes problemas em virtude da obscuridade como que são formulados e da incompetente e ambígua utilização dos termos filosóficos, que somente a análise filosófica deve, então, esclarecer, alcançando clareza e exatidão.

Como veremos, estas noções abstratas se constituem, na concepção humeana, a partir de experiências diferentes e indecomponíveis, que, por artifício, ocorrem simultaneamente na imaginação humana, já que na realidade encontram-se dissociadas.

Quanto a isto, nos mostra que embora haja uma aparente liberdade da imaginação, sempre capaz de construir quimeras, o pensamento na verdade tem limites bem estreitos, visto que seu poder criador só pode ser exercido a partir de materiais extraídos dos sentidos.

Para ele, formar ideias intrincadas, ligar formas e aparências, não custa mais à imaginação do que conceber objetos que nos são os mais familiares. Ainda que o nosso corpo esteja preso, o pensamento pode nos transportar às mais longínquas regiões do universo. É possível conceber o que nunca foi visto e não há nada a que não alcance o poder do pensamento, salvo o que implica contradição absoluta (HUME, 1973, p. 134).

Portanto, embora o pensamento seja ilimitado, seu poder criador é limitado a combinar, transpor, aumentar ou diminuir os materiais fornecidos pelos sentidos e pela experiência (HUME, 1973, p. 134).

Segundo este esclarecimento, as ideias complexas resultam, na visão de Hume, da combinação de ideias simples, as quais, vistas isoladamente, correspondem às suas impressões simples.

Desta forma, através da experiência sensível temos, primeiramente, às impressões e destas chegamos às ideias simples das coisas. Somente por composição mental e volitiva das ideias simples, advindas das impressões, chegamos às ideias complexas. Por este motivo:

Quando pensamos em uma montanha de ouro, não fazemos mais do que juntar duas ideias compatíveis entre si, *ouro* e *montanha*, que já conhecíamos anteriormente. Podemos conceber um cavalo virtuoso, pois nossos sentimentos nos levam à concepção de virtude, e esta pode unir-se à figura e forma de um cavalo, um animal que nos é familiar (HUME, 1973, p. 134-135).

Para Hume bastam dois argumentos para provar este seu exemplo.

Em primeiro lugar, nossos pensamentos, ou ideias, por mais complexos e sublimes que sejam, se resolvem em ideias simples, ou seja, nada mais são que cópias de percepções, ou sensações anteriores. Assim, a ideia de Deus, no sentido de Ser infinitamente inteligente, bom e sábio, surge das reflexões que fazemos sobre as operações de nossa mente, aumentando num grau ilimitado qualidades como bondade e sabedoria. O critério para refutar esta prova é bastante simples: apresentar uma ideia, mesmo complexa, que, na nossa opinião e experimentação, não derive desta fonte (HUME, 1973, p. 135).

Aqui Hume nos abre a possibilidade de uma confrontação concreta a partir do que vivenciamos a cada momento e nos excita à experimentação, ou seja, que tiremos por nos mesmos a prova. Neste sentido não se fecha em constatações irrefutáveis mediante o que argumenta, mas nos convoca, inclusive, a comprovar seus argumentos.

Em segundo lugar nos esclarece que ninguém pode fazer ideia de uma coisa se um determinado objeto nunca lhe exercitou o órgão da sensação, ou seja, na

ausência de uma determinada espécie de experiência sensitiva um homem seria incapaz de formar a ideia que lhe fosse correspondente. Assim acontece com um cego que não pode fazer ideia das cores e a um surdo que não experimentou os sons (HUME, 1973, p. 135).

O uso da proposição, de que uma ideia não pode surgir sem a sua correspondente impressão consiste, na verdade, num método de análise. Tal método torna inteligíveis todas as disputas e elimina o que dominou, até então, os raciocínios metafísicos; permite identificar que as ideias, em especial as abstratas, são fracas, obscuras, estando sujeitas à confusão em oposição às impressões que são sensações fortes, vívidas, tendendo à nitidez e, por fim, remove a suspeita, caso queiramos verificar se um termo filosófico realmente esta sendo empregado com algum sentido (HUME, 1973, p. 135-136).

Esta condução do pensamento humeano, por um lado, anuncia o princípio empirista, de grande importância filosófica e de plena atualidade, uma vez que funciona como juízo de decisão acerca da pertinência de qualquer debate e do significado de qualquer ideia, permitindo-lhe descartar toda proposição que, relativa aos fatos, não possua referência verificável.

Por outro lado, como poderemos proceder, uma vez que o solo, em que se constitui nossas referências, encontra-se movediço?

Na verdade, para que o caos não tome conta de nossas consciências, podemos nos servir da associação de ideias, permeadas por princípios de conexão, e é por este motivo que para Hume:

A questão da organização dos materiais não pode deixar de ser formulada, uma vez que a vida mental se caracteriza pelo tumulto e pela confusão, por um fluxo ininterrupto de percepções que torna problemática a emergência de uma representação. É a vida cotidiana que fornece os indícios de um eventual princípio de ligação entre os átomos psíquicos: a experiência do sonho, da conversação, do intercâmbio linguístico mostra que a desordem obedece a certas regras que Hume acredita poder detectar numa “espécie de atração”, representada analogicamente pelo princípio de associação das ideias e das impressões [...] (HUISMAN, 2001, p. 519).

Desta feita, Hume nutre a intenção de mostrar que o pensamento revela amiúde uma sequência de ideias mais ou menos ordenada e que a explicação dessa ordem não decorre necessariamente da ação da faculdade racional.

Para ele a imaginação, que não pode ser encontrada em princípios universais, também não procede por acaso. Há sempre um elo, uma cadeia, ou sequência regular entre os diversos pensamentos, ou ideias do intelecto, que se sucedem umas às outras. Estas podem ser classificadas por *semelhança*, uma vez que uma pintura conduz naturalmente os nossos pensamentos para o original, por *contiguidade*, pois a menção de um aposento numa casa, por exemplo, desperta naturalmente uma pergunta ou um comentário a respeito dos outros aposentos, e por *causa e efeito*, quando pensamos num ferimento e não conseguimos nos livrar da ideia de dor que o acompanha. Certamente poderemos encontrar outros

elos além desses, mas a questão maior consiste em perceber a sua existência e que eles podem se tornar tão gerais quanto possíveis (HUME, 1973, p. 137).

Assim, a mente não recorre a uma ordem externa ao pensamento, mas a conexão entre os pensamentos e as ideias, visto que passa espontaneamente de uma impressão para uma ideia, ou de uma ideia para outra ideia.

Tendo em conta estas explanações, podemos inferir que Hume tinha pouco tempo para especulações abstratas sobre matérias que considerava inatingíveis e impalpáveis.

Na sua opinião, havia apenas dois assuntos passíveis de investigação: relações entre ideias e relações entre fatos, ou seja, relações que diziam respeito ao pensamento puro, sem recurso à nossa experiência sensível de mundo e relações de dependiam exclusivamente dessa nossa experiência.

Por este motivo, para arregimentar provas a respeito das verdades matemáticas, tendo em conta as relações entre ideias, não necessitamos sair de nossa escrivaninha, isto é, podemos provar que os ângulos internos de um triângulo euclidiano somam 180 graus sem conferir nossos números com um triângulo desenhado em um quadro-negro. No entanto, a possibilidade de que o sol não se levante amanhã é, sob todos os aspectos, tão concebível quanto a de que se levante da maneira habitual. Para decidir a questão é necessário sair ao mundo e consultar nossa experiência.

Assim, relações de ideias como a de que três vezes cinco seja a metade de trinta, que a hipotenusa seja a soma do quadrado dos catetos, só dependem de

operações do pensamento, não dependem de nada mais. Trata-se de um conhecimento demonstrativo e dependem exclusivamente da dedução lógica, não possuem relação com a realidade sensível. Por este motivo, não existem triângulo, ou círculos na natureza (HUME, 1973, p. 137). Numa palavra, tais verdades demonstráveis preservam sua certeza e evidência para sempre e em todos os mundos possíveis.

Por outro lado, as relações de fato dizem respeito a acontecimentos concretos revelados pela experiência sensível, sendo oferecidos ao sujeito sem quaisquer relações lógicas. Devem ser aceitos como são dados. Que margaridas sejam brancas, o chumbo pesado, que o fogo queime seriam fatos fechados em si mesmos e logicamente estéreis. Poderiam ser diferentes do que são e isto não implicaria contradição, ao contrário dos conceitos matemáticos. O triângulo plano não pode ser concebido sem a ideia de soma dos ângulos igual a dois retos, mas as margaridas podem ser amarelas (HUME, 1973, p. 137-138).

Na perspectiva arregimentada por Hume, o único critério com que poderemos julgar do valor do nosso conhecimento ressalta necessariamente do próprio princípio empirista: se todo o conhecimento tem origem na experiência, é claro que não se pode atribuir valor algum ao que ultrapassa a experiência. Trata-se apenas de aplicar rigorosamente o princípio, ou seja, de que nenhuma afirmação tem valor senão enquanto se reduz ao conhecimento sensível.

A aplicação mais importante deste critério é o que se refere ao princípio de causalidade.

E aqui, também, a crítica de Hume parece firmemente endereçada às grandes concepções metafísicas tradicionais, uma vez que afirmavam existir uma certa ordem no mundo, determinada pelo criador. Ou seja, o argumento de que tudo tem uma causa e, portanto, deve haver uma primeira causa, pela análise da ideia de perfeição. Em seus argumentos metafísicos tomam conceitos que na realidade são vazios, uma vez que não se referem a impressões sensíveis (MONTEIRO, 1999, p. 10).

Em contraponto a esta visão, o intuito de Hume era justamente compreender por que as pessoas, a todo o momento, buscam causa e efeito das coisas uma vez que estas ultrapassam a evidência da nossa memória e dos nossos sentidos? Haverá, por acaso, alguma correlação necessária no mundo das coisas?

Para ele experimentamos, na realidade, uma sequência de impressões, as quais ligamos umas às outras por uma propensão da memória e por hábito, formulando o que nos apraz denominar leis de causa e efeito. Ao observarmos uma espécie particular de fatos que se seguem uns aos outros, tendemos a atribuir-lhes uma união necessária. Porém, por mais que busquemos, jamais podemos ver o vínculo secreto. Se supusermos que tal coisa é efeito de alguma causa prévia, havemos de supor que essa causa prévia é o efeito de outra anterior a ela, e assim ao infinito.

Na realidade, nenhuma experiência pode causar outra experiência, nos assevera Hume, assim como nenhum fato pode produzir outro fato inteiramente diferente.

Portanto, o conhecimento da relação de causa e efeito “não é, em caso algum, alcançado por meio de raciocínios *a priori*, mas origina-se inteiramente da experiência, quando verificamos que certos objetos particulares estão constantemente ligados uns aos outros” (HUME, 1973, p. 138).

Se por exemplo, toma-se o juízo causa a pedra esquenta porque os raios de sol incidem sobre ela, constata-se que a primeira e a última parte “a pedra esquenta” e “os raios de sol incidem sobre ela” têm como origem duas inquestionáveis impressões sensíveis, uma tátil e outra visual. O mesmo não acontece com a vinculação expressa na palavra “porque”. Qual a origem desta última? Para Hume, na habitual associação entre posterior e o anterior. O fato de um fenômeno ser sempre seguido por outro, no tempo, faz com que os dois sejam relacionados como se houvesse relação causal entre eles. Enquanto relações sensíveis causa e efeito não passam de anterior e posterior de uma sucessão temporal, transformados em elos de uma transformação necessária.

Assim, nenhum objeto revela, pelas qualidades que manifestam aos sentidos, nem as causas que o produziram, nem os efeitos que dele decorrerão. A falta de evidência da proposição, de que as causas e os efeitos não podem ser descobertos pela razão, pode advir do desconhecimento dos objetos, ou por influência do costume. Não é possível se pronunciar sobre o efeito de um objeto, que nos é apresentado, sem consultar pela experiência a observação passada. O efeito não provém de uma suposta causa e não pode ser

descoberto nela. Todo o conhecimento que temos do efeito deve ser atribuído à experiência. Sem ela nada se pode inferir. O efeito é uma ocorrência distinta de sua causa, não podendo ser descoberto na causa. Desta forma, o que lhe é a priori lhe é arbitrário (HUME, 1973, p. 139).

A experiência, portanto, é composta de sensações ocasionais. Aprendemos cada sensação tal qual nos chega. Desta forma é a excentricidade do espírito humano que impõe uma união fictícia aos fenômenos exteriores que se chocam com os nossos sentidos. As chamadas leis de relação de causa e efeito não explicam absolutamente nada.

Portanto, se houver relações de causa e efeito, tal assertiva não será, de maneira nenhuma, atribuída a um fundamento necessário presente no entendimento humano, mas somente à experiência.

Na verdade, a natureza nos oculta seus segredos e estes não podem ser desvendados. Por este motivo temos apenas informações diretas e certas de experiências vividas (HUME, 1973, p. 141).

Assim, por uma questão de fixação, talvez, cuidamos para que o mundo, como o conhecemos ontem, torne a existir amanhã. Supomos pelo conhecimento cristalizado que, desde que vimos uma determinada bola de borracha voltar para nós, sempre que, no passado, for arremessada cumprirá este mesmo feito no futuro. Construímos, assim, em nosso pensamento uma lei geral acerca da trajetória da bola. Entretanto, não há relação entre uma lei necessária da eternidade e a experiência atual do momento.

Experimentamos coisas particulares em relações que são temporárias e seria uma quimera experimentar ideias abstratas em relações permanentes.

Mas então, de onde provêm nossas proposições e noções gerais?

Neste caso não podemos deixar de considerar o que expusemos até o momento.

Na verdade procedemos por inferência e estas dependem de nossa sagacidade na observação da natureza física, ou humana. Tendemos a usá-la quando esperamos algo semelhante por parte dos fenômenos. Observamos marcas no chão e talvez nosso talento só nos permita dizer que foram de um cavalo e não de um elefante. Olhamos um relógio com avarias e talvez possamos dizer apenas que sofreu uma pancada. Um detetive experiente, por exemplo, veria ali muito mais. Provavelmente um homem de hábitos desordenados e que viveu algum tempo na pobreza com intervalos ocasionais de prosperidade.

E é justamente por este motivo que Hume (1973, p. 142-143) nos alerta ser vão buscar uma união secreta e necessária ao se observar uma espécie particular de fatos que se seguem sempre uns aos outros. Para ele é possível reconhecer que a cor, a consistência e as outras qualidades sensíveis do pão não parecem ter por si mesmas nenhuma conexão com os poderes secretos da nutrição e do sustento. Se assim não fosse colheríamos estes poderes secretos e não precisaríamos contar com a experiência. Na verdade, somos ignorantes em relação ao poder e influências de todos os objetos. Quando esperamos algo semelhante num

determinado acontecimento nos servimos de uma inferência do intelecto. Nada nos assegura algo exceto pela experiência. As coisas podem mudar. A possibilidade de se conseguir efeitos semelhantes com certos objetos não nos assegura uma inferência ou conclusão futura desta experiência.

Assim, em sequência às suas argumentações, Hume (1973, p. 143) pondera que um homem possuindo todas as faculdades da razão e da reflexão sendo trazido repentinamente ao mundo observaria a sucessão contínua dos objetos e um fato sucedendo o outro, nada mais que isso; seria incapaz de perceber as relações de causa e efeito. Supondo que este homem tenha inferido algo como a existência de um objeto do aparecimento de outro, assim o faria, mas sem nenhum processo de raciocínio.

A esta altura das colocações de Hume e mesmo sabendo que o suporte de sua crítica encontra-se endereçado à metafísica, não é difícil admitir que qualquer pessoa se veria perplexa diante de suas explicações e que o alicerce de suas certezas se encontraria, senão comprometido, ao menos bastante conturbado.

Deste modo, esta mesma pessoa, convencida da plausibilidade de seus argumentos e ao mesmo tempo agarrada às suas convicções, tenderia a perguntar: definitivamente, para Hume, não há conhecimento verdadeiro sobre o que quer que seja, apenas inferências, sensações transitórias, ocasionais e desconexas da experiência? Se assim ocorre, como o passado pode servir de regra para o futuro? Qual a garantia de que um acontecimento se repetirá? O que

garante que nossa expectativa não será frustrada? Que princípio, enfim, no guia nesta aventura?

A resposta é simples, para não dizer decepcionante à primeira vista: este princípio é o costume ou o hábito, cujo efeito é a repetição de algum ato ou operação particular que produz a propensão de renovar o mesmo ato ou operação em que somos impelidos por qualquer raciocínio ou processo do entendimento. Pelo hábito esperamos, na conjunção constante de dois objetos – chama e calor, neve e frio – que, após um deles, se dê o aparecimento do outro. Todas as inferências derivadas da experiência são efeitos do costume, do hábito e não do raciocínio⁴. O hábito assim se apresenta como o grande guia da vida humana e nada se pode inferir além dele (HUME, 145-146).

A maioria das pessoas, no contexto em que viveu Hume, não comungava desta opinião, apelavam para a teologia e a metafísica quando, na realidade, para nosso filósofo, o hábito é que se constituiria a base da

⁴ “Em nota ao seu texto, Hume, nos apresenta uma distinção entre duas espécies de argumentação, a razão e a experiência. A primeira provém do simples resultado de nossas faculdades intelectuais, que, considerando a priori a natureza das coisas e examinando os efeitos que devem advir de sua operação, estabelecem princípios particulares de ciência e filosofia. A segunda deriva inteiramente dos sentidos e da observação, pelos quais tomamos conhecimento do que efetivamente resultou da operação de objetos particulares e podemos por isso inferir o que deles resultará no futuro. A experiência, portanto, é que forma a base primária de nossa inferência e conclusão. O raciocinador inexperiente não saberia em absoluto raciocinar se não possuísse nenhuma experiência” Cf. HUME, 1973, p. 146.

vida humana. Portanto, opondo-se ao raciocínio confuso dos teólogos que se respaldavam principalmente em seus próprios anseios e desejos e não em acontecimentos reais, Hume afirma que não pode haver certeza absoluta na ciência natural e nem mesmo na teologia.

Como nos descreve, as questões seriam mais simples e diretas e nossos hábitos nos dariam um guia bastante útil na vida hodierna não indo muito além do que nossos sentidos nos oferecem. Para ele (HUME, 1973, p. 150-151), o hábito foi que estabeleceu a correspondência necessária à subsistência da nossa espécie e à regulação da nossa conduta. Se a presença de um objeto não suscitasse a ideia de outros objetos que se ligam a ele, todo o nosso conhecimento se limitaria à estreita esfera da memória e sentidos, e nunca ajustaríamos os meios aos fins. Inferir efeitos semelhantes de causas semelhantes é mais que as falazes deduções da nossa razão, do nosso entendimento.

Certamente essa filosofia causou sensação em sua época. Sua exposição, ou forma peculiar de investigar os enigmas da razão, certamente, motivou aplausos, bem como ataques, ou seja, os alicerces da razão não poderiam deixar de tremer diante da afirmação que os raciocínios mais sublimes não passam de efeitos dos hábitos e que, na melhor das hipóteses, trata-se apenas de uma função do nosso pensamento revelando-nos os limites do nosso conhecimento e da nossa experiência e que nunca poderão decifrar-nos o mistério das coisas.

Portanto, Hume, ainda hoje, lançaria uma porção de nossas certezas do senso comum na fogueira. No entanto, nada do que proferiu significa que nossas

fortes expectativas com relação ao curso do mundo não possam vir a se revelar corretas. Na verdade, em geral são corretas, ou não as teríamos para início de conversa. Contudo, significa que o fundamento de nossas expectativas encontra-se no hábito, não na razão. Nos habituamos a “conhecer” determinadas coisas e que estas, para se constituírem como tal, fizeram suas incursões na experiência.

Salvaguardando, por ora, as explicações deste pensador escocês quanto aos propósitos destes nossos registros, é fundamental afirmar que a chave oferecida por Hume como relação ao conhecimento é o método experimental. Com isto, Hume pretende indicar que uma investigação se deve proceder a partir de fatos observados sobre o mundo das coisas, deixando de lado quaisquer esquemas puramente hipotéticos e idealizados acerca do conhecimento humano. Seu alvo:

É a antiga ideia do homem como um ser caracteristicamente racional, e a conseqüente tentativa de fundamentar na razão todas as atividades que são próprias do ser humano, entre as quais se incluem, principalmente, a busca do conhecimento [...]. Antes de explicar como realmente adquirimos nossas crenças factuais [...] Hume se dedica a mostrar que a razão não é capaz de atingir esses resultados. [...] Seu ceticismo é sem dúvida real, mas dirige-se apenas contra a especulação metafísica não sustentada na experiência, que postula entidades implausíveis [...] às quais o conhecimento e as práticas humanas devem-se adequar, sob pena de privar o homem de sua humanidade (MARQUES, 1995, p. 11).

Seria inoportuno, portanto, delegar a Hume simplesmente a abolição da razão humana. Certamente este nosso pensador não ocultava a intenção dissimulada de destruir algo essencial na humanidade, senão a ingenuidade de alguns pensadores que acreditavam poder, à força de sua razão, chegar a verdades definitivas. Hume não negava mais do que afirmava, uma vez que o negar, assim como o seu contrário, implica um senso de conhecimento. Sua escolha foi permanecer intelectualmente num estado de julgamento suspenso o que tende levar as pessoas comuns ao desespero, o que não seria, propriamente, uma contraindicação para quem abraçou a condição de filósofo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os mais difíceis intentos de Hume estava o de estabelecer com que objetos o nosso entendimento estava, ou não apto a lidar. Neste sentido, nos legou contribuições importantes para a teoria do conhecimento.

Assim, dadas suas explicações neste campo, chegamos a identificar que o fundamento de seu método experimental encontra-se na origem das ideias na medida em que elege o aspecto sensível como critério de verdade.

Disto se depreende o fato de ter atribuído à razão um papel secundário, ou seja, a nossa capacidade de raciocínio não consiste propriamente em fonte de conhecimento, mas num instrumento de entendimento do conhecimento. Deste modo:

[...] embora nosso pensamento pareça possuir essa liberdade ilimitada, examinando o assunto mais de

perto vemos que em realidade ele se acha encerrado dentro de limites muito estreitos e que todo o poder criador da mente se reduz à simples faculdade de combinar, transpor, aumentar ou diminuir os materiais fornecidos pelos sentidos e pela experiência (HUME, 1973, p. 134).

A razão, certamente, tem lá seus méritos, mas apenas para transpor, combinar, aumentar ou diminuir o material que a experiência nos oferece. Não constitui, propriamente, a base, o alicerce na construção do conhecimento, posto que o fundamento desta prática encontra-se efetivamente na experiência sensível.

Quanto às contribuições de Hume, um outro aspecto, ainda, convém ser destacado. Nas suas *Investigações*, iniciando a seção II a respeito da origem das idéias, reiteradas vezes, nos esclarece que existe uma diferença bastante marcante entre o que vem a ser fruto da nossa imaginação e o que nos provém de nossas vivências concretas:

Todos admitirão sem hesitar que existe uma considerável diferença entre as percepções da mente quando o homem sente a dor [...] e quando relembra mais tarde essa sensação ou a antecipa pela imaginação [...]. O mais vivo pensamento é ainda inferior a mais embotada das sensações. Quando refletimos sobre os nossos sentimentos e afeições passados, o nosso pensamento é um espelho fiel e copia com exatidão os objetos; mas as cores que emprega são opacas e esmaecidas em comparação com as de que se revestiam as nossas percepções originais (HUME, 1973, p. 134).

Trata-se da tese de que para a teoria do conhecimento de Hume o arcabouço de nossos saberes encontra-se, em primeira instância, ancorado nas sensações e estas nos são superiores às ideias que possuímos.

Como já mencionamos, esta maneira de conceber as coisas foi alvo de sérias críticas, haja vista que outros pensadores se pronunciaram diferentemente a respeito. Mas Hume nos lança um desafio. Caso nos concordemos com seu argumento, de que nossas ideias derivem de impressões, e tenhamos a capacidade de mostrar que comporta exceções existe um método bastante fácil de refutá-lo: basta apresentar uma ideia apenas que, na nossa opinião, não derive desta fonte (HUME, 1973, p. 135).

Portanto, quanto à questão do conhecimento, o referencial teórico que Hume nos oferece pode se constituir numa base bastante sólida de investigação, afinal, estamos, atualmente, muito mais inseridos na vida prática do que em grandes especulações do pensamento.

De certa forma não necessitamos acessar o demiurgo para exercitar a nossa capacidade de pensar. O próprio Hume sentiu-se instigado pelo pensamento em situações bastante corriqueiras⁵.

⁵ “Foi numa partida de bilhar que ele não conseguiu aceitar, por exemplo, as certezas de que, se batesse na bola branca esta, certamente, se chocaria com a bola vermelha; que a todo o momento presumimos ligações necessárias entre as coisas; que na verdade existem uma conjunção de acontecimentos e que só um hábito da mente pode supor uma ligação entre eles etc.” (Cf. HUME, 1973, p. 139; 145).

A sua recusa dos artifícios da razão nos abre caminho para uma maior valorização da vida prática. E, assim, a atividade filosófica não se constituiria, como outrora se acreditou, na contemplação da verdade. Pelo contrário, as pessoas com interesse por questões filosóficas viveriam a sua vida de todo dia, mas preocupadas e comprometidas com as questões que as afetam diretamente ⁶.

Nos dizeres de Smith (1995, p. 294), que perscrutou o ceticismo de Hume encontrando nele uma proximidade com os cétricos gregos pela ênfase dada à vida prática e comum em oposição à ênfase filosófica em um conhecimento da realidade ou contemplação da verdade:

O cétrico é aquele que, sendo talvez inicialmente seduzido pelo brilho do logos, acabou por se desiludir dele e, nessa desilusão, se libertou de sua sedução e mergulhou decididamente na prática. [...] A ciência empírica humeana se conformará a essa concepção da filosofia. Ela virá em apoio de uma prática, pois a principal utilidade da ciência é prever e controlar eventos futuros por meio do conhecimento dos ajustes de meios e fins. Exerce-se uma ciência não tanto com o interesse único e exclusivo de conhecer o mundo, mas, sobretudo pela utilidade que essa revela para nossas vidas. Confinamos nossas investigações a assuntos que dizem respeito à esfera da vida comum. Prolongando o senso comum em seu procedimento, a ciência lidará apenas com o que cai sob nossa observação e interessa aos propósitos da vida.

⁶ E muito provavelmente podemos encontrar aqui resquícios da preferência pessoal de Hume pelas questões de cunho moral que dizem respeito à vida do homem concreto.

Hume tratou, assim, de questões intrincadas do universo filosófico em termos puramente palpáveis de modo a dar ao seu leitor uma chance bastante razoável de pensá-los por si mesmo e lhe oferecer a alternativa da restrição do entendimento humano a um pequeno número de princípios básicos, experimentais, diante da extravagante descrição dos estatutos filosóficos oferecida pelos fomentadores da metafísica. Tornou suas informações tão digeríveis quanto possível. Cometeu um desvio diante de um verdadeiro exagero de categorias confusas e repetitivas provenientes da escolástica. Assim, na condição de filósofo, assumiu com muita propriedade o compromisso com a consistência e inovação na exposição de seus argumentos.

Em suma, num mundo como o vivemos hoje, em que um número excessivo de pessoas parecem perdidas na estranha teia de problemas que não lhes dizem respeito e com dificuldades de experimentar aqueles lhes dizem respeito⁷, enquanto assimilam um modo tácito de proceder, de não criticar as ações dos que lhes impõe um modo arcaico de conduzir a vida e de serem, tanto quanto possível, artificiais e evasivas mediante estas situações, estaríamos precisando retomar, urgentemente, pensamentos com a perspicácia e franqueza de David Hume.

⁷ Parafrazeando o princípio ético-ontológico atribuído a Epicteto: “Entre as coisas que são, umas nos dizem respeito, outras não”.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEARN, Nicholas. *Aprendendo a Filosofar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

HESSEN, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. Coimbra, Portugal: Armênio Amado, 1980.

HUISMAN, Denis. *Dicionário dos Filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HUME, David. *Investigação Sobre o Entendimento Humano*. In: *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

JAPIASSÚ, Hilton. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PORTA, Mario Ariel González. *A filosofia a partir dos seus problemas*. São Paulo: Loyola, 2002.

MARQUES, José Oscar de Almeida. Prefácio. In: HUME, David. *Uma Investigação Sobre os Princípios da Moral*. Campinas, SP: Unicamp, 1995.

MONTEIRO, João Paulo Gomes. Vida e Obra. In: HUME, David. *Investigação Acerca do Entendimento Humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SMITH, Plínio Junqueira. O ceticismo de Hume. São Paulo: Loyola, 1995.